

**AS ANTINOMIAS KANTIANAS: UMA INTERPRETAÇÃO DE PETER F.
STRAWSON**

Cristina de Moraes Nunes*

Resumo: O presente trabalho visa apresentar a interpretação que Strawson elabora em *The Bounds of Sense* sobre a *Crítica da Razão Pura* de Kant, em especial a dialética transcendental, onde Kant trata da questão das antinomias. Strawson considera que a parte analítica da *Crítica* é a parte mais fecunda e interessante, enquanto que a parte da dialética poderia ser descartada sem perda alguma. Isso se deve ao fato de que na parte da analítica Kant lança mão de um princípio empírico, de acordo com o qual para que um conceito tenha sentido ele deve aplicar-se a alguma intuição sensível, o que Strawson considera satisfatório. Já na parte da dialética Kant trata da questão das antinomias, sendo que a solução para elas encontra-se na sua tese do idealismo transcendental, ou seja, no fato de que o espaço e o tempo estão no sujeito. Mas, segundo Strawson, é um erro pensar assim e isso caracteriza um extremo subjetivismo na teoria kantiana, o que levaria a possibilidade de existir dois mundos, o mundo sensível e o mundo supra-sensível, o que ele não aceita. Strawson comete alguns equívocos na sua interpretação, como o fato de não atentar para a grande importância que as antinomias desempenham para a moralidade e para a unidade arquitetônica da razão.

Palavras-chave: Antinomias. Idealismo transcendental. Kant. Strawson.

The antinomies kantian: an interpretation by peter F. Strawson

Abstract: This paper aims to present the interpretation that Strawson elaborates in *The Bounds of Sense* on the Kant's *Critique of Pure Reason*, transcendental dialectic in particular, where Kant addresses the issue of antinomies. Strawson considers the analytical part of the *Critique* is the most fecund and interesting, while the part of the dialectic could be discarded without any loss. This is due to the fact that the analytical part Kant makes use of an empirical principle, according to which a concept makes sense it should apply to any sensuous intuition, which Strawson considers satisfactory. In Kant's conception the dialectics addresses the issue of antinomies, and the solution to them is in his thesis of transcendental idealism, in other words the fact that space and time are on the subject. But according to Strawson, is a mistake to think so and it features an extreme subjectivism in Kantian theory, leading to possibility of two worlds, the sensible world and the supersensible world, which he doesn't accepts. Strawson commits some mistakes in his interpretation, as the fact of not paying attention to the great importance that the antinomies play to morality and to the architectural unity of reason.

* Professora na Faculdade Palotina; Doutoranda em Filosofia- UFSM; Email: crisfilosofia@gmail.com.

Keywords: Antinomies. Transcendental idealism. Kant. Strawson.

Considerações iniciais

Na *Crítica da Razão Pura* Kant apresenta os limites para a estrutura geral possível da experiência, estabelecendo as formas puras da sensibilidade e as formas puras do entendimento. Ambos são fundamentais para que tenhamos conhecimento empírico. Disso Kant conclui que somente podemos conhecer a maneira como as coisas nos afetam, ou seja, os fenômenos. Os fenômenos são as nossas representações das coisas que existem no mundo. Em outras palavras, os fenômenos estão no espaço e no tempo enquanto intuições possíveis. Assim, não podemos conhecer as coisas como elas são em si mesmas porque a nossa capacidade cognitiva não nos permite, já que para tanto teríamos que ser seres divinos.

A pretensão de Kant era colocar a metafísica no caminho seguro das ciências, para isso, Kant promoveu uma revolução copernicana no conhecimento, ou seja, ao invés do nosso conhecimento ser regulado pelos objetos, agora os objetos tem que se regular pelo nosso conhecimento. A revolução kantiana deu-se com relação ao conhecimento e seu objeto, mostrando que o objeto regula-se pelas nossas faculdades cognitivas, nas duas fontes de conhecimento, que são a sensibilidade e o entendimento. Tendo em vista essas considerações de Kant, a natureza dos conceitos determina a natureza dos objetos, antes a natureza dos objetos determinava o nosso modo de conhecer.

Em *The bounds of Sense* Strawson faz uma análise da *Crítica da Razão Pura* de Kant, e afirma que a parte analítica da *Crítica* é a mais fecunda e interessante, enquanto que a parte da dialética pode ser descartada sem perda alguma. Na parte analítica da *Crítica*, Kant estabeleceu os limites para a estrutura geral da experiência, desenvolvendo um conjunto de conceitos que formam a estrutura de nosso pensamento sobre o mundo. Na analítica transcendental, encontra-se a grande contribuição de Kant para a filosofia analítica, trata-se do princípio da significatividade. De acordo com esse princípio empírico, a estrutura limitante da experiência é que limita o uso significativo dos conceitos. Segundo Strawson, qualquer empirista está de acordo com esse princípio enunciado por Kant, ao longo de toda a *Crítica da Razão Pura*. No entanto, a parte da dialética transcendental onde Kant trata da questão das antinomias poderia ser descartada sem perda alguma.

Na parte da dialética transcendental, Kant expõe a questão da ilusão metafísica e, segundo Strawson, o principal instrumento dessa exposição é o princípio da significatividade.

Isso porque Kant quer mostrar que as ideias tais como Deus, liberdade e imortalidade da alma, estão para além do conhecimento empírico, ou seja, essas ideias não podem ser conhecidas porque elas não são coisas no mundo e, portanto, não podem ser objetos de conhecimento. Uma tese secundária de Kant é que certas ideias como Deus e imortalidade da alma possuem caráter apenas regulativo e não constitutivo, possuindo uma função necessária na extensão do conhecimento empírico.

De acordo com Strawson, essa ilusão tem uma estrutura sistemática, baseada na lógica formal, sendo típico da investigação racional sistemática levantar questões tais que a resposta a ela pode formar o tema da outra pergunta do mesmo tipo geral. Assim, todos os tipos de investigação têm um caráter serial, no qual todos os itens que vão se revelando formam uma série, neste caso cada item tem uma relação típica com o seu predecessor. Para Kant a ideia de totalidade das séries dos itens descobertos, no curso da investigação, era uma inevitável concomitância de certos tipos de investigação serial e esta concepção parece impor-nos a necessidade de certa alternativa. Desse modo, ou a série tem um termo último e limitante, ou não tem nenhum termo limitante e é uma série infinita ou ilimitada. Kant pensou que ao eleger qualquer dos dois membros chega-se a uma contradição e chamou esta divisão da dialética de Antinomia da Razão Pura. A solução para os conflitos da razão pura com ela mesma leva-o a invocar o princípio da significatividade.

Operando com o conceito da série como um todo, somos incapazes de considerar se qualquer intuição ou experiência possível poderia responder a esse conceito. No entanto, segundo Kant, não há modo algum que a experiência possa decidir em favor de qualquer membro da disjunção. A questão de qual das duas alternativas aparentemente necessárias seja a verdadeira é empiricamente insanável; e, portanto, o conceito de totalidade absoluta que parece exigir-nos uma disjunção não tem nenhum uso empírico (STRAWSON, 1968, p. 34-35).

Segundo Kant o significado empírico da palavra “todo” é sempre comparativo (2000, p. 298). A chave para compreender as antinomias é o idealismo transcendental, caso o espaço e o tempo existissem como coisas em si mesmas, teríamos que considerar como necessariamente verdadeiras as disjunções em cada um dos casos. Ao supor que tal disjunção leva a contradição, temos uma prova a favor de que o espaço e o tempo, assim como o mundo natural não existem como coisas em si mesmas, sendo somente fenômenos. Tal prova parece descansar na premissa segundo a qual se as coisas no espaço e tempo fossem coisas em si, então o princípio da significatividade não se aplicaria a eles, neste caso não teríamos critérios empíricos para o seu uso. Segundo Strawson, o que resulta disso é o aspecto do idealismo

transcendental que ao final nega ao mundo natural todo o tipo de existência independente de nossas representações ou percepções (1968, p. 35).

Aos conceitos de todo, muitos e uno, opõe-se aquele que suprime tudo, isto é, *nenhuma coisa*; e assim o objeto de um conceito para o qual não se pode obter absolutamente nenhuma intuição correspondente é = nada, isto é, um conceito sem objeto, como os *noumena*, que não podem ser contados entre as possibilidades, embora nem por isso tenha que fazer-se passar por impossíveis (*ens rationes*), ou como porventura certas novas forças fundamentais, que são pensadas, em verdade sem contradição, mas também sem exemplo da experiência, não podendo por isso ser contadas entre as possibilidades. (KANT, 2000, p. 227-228, grifos do autor)

Strawson afirma que a exposição que Kant faz nos paralogismos da ilusão metafísica do conhecimento da alma é brilhante, principalmente pela sua conexão com a argumentação geral da analítica.

O alvo do ataque é a teoria segundo a qual cada um de nós pode conhecer a existência, em seu próprio caso, de uma coisa pensante, duradoura, puramente imaterial e não composta, coisa que nos referimos como ‘eu’. A linha de ataque está dirigida pelo princípio da significatividade. Se tivermos de fazer um uso legítimo dos conceitos cruciais de identidade ou de identidade numérica ao longo do tempo, temos de aplicá-los a luz de critérios empíricos, aos objetos dados na experiência. Mas se nós abstrairmos totalmente do corpo e consideramos simplesmente nossas experiências ou estados de consciência enquanto tais (os conteúdos do sentido interno), é evidente que não somente não encontramos, sendo que não podemos encontrar, nada dentro deste campo que possamos identificar como o sujeito permanente dos estados de consciência. (STRAWSON, 1968, p.37)

De acordo com Strawson, a resposta de Kant para essa questão do conhecimento da alma é que se tem confundido a unidade da experiência com a experiência da unidade. Assim, Kant argumenta que para ser possível a autoconsciência tem que haver uma unidade tal entre os membros de uma série de experiências que as constitua em experiências de um único mundo objetivo (STRAWSON, 1968, p. 37). Além disso, para a adscrição de experiências a si mesmo requer-se critérios de identidade empíricos aplicáveis, ao longo do tempo, de um sujeito de experiências. Segundo Strawson tais critérios existem e parece que Kant reconhece isso, e afirma que “o ser pensante (como o homem) é ele mesmo um objeto do sentido externo” (KANT, 2000, p.148), ou seja, um corpo no espaço. O problema é que muitas vezes não nos damos conta desses critérios devido ao fato de que não precisamos aplicá-los efetivamente quando nos referimos ao “eu” para adscrever experiências atuais ou passadas. Em outras palavras, quando sentimos dor não precisamos identificar que sou *eu* que sinto dor. Desse modo, podemos cair no erro de pensar que temos conhecimento de um sujeito

permanente e idêntico como tal, conhecimento que seria independente de qualquer critério empírico de identidade.

Nós tentamos de alguma maneira abstrair a força do ‘eu’ do contexto (*background*) de critérios empíricos o qual dá o seu poder de referir-se para um sujeito permanente e, ao mesmo tempo, contemplá-lo como possuindo tal poder. Mas se executarmos tal abstração, a palavra só pode expressar a consciência em geral, ou as condições gerais da possibilidade da experiência. Deste modo, confundimos a unidade da experiência com a experiência da unidade, e assim surge a ilusão do conhecimento da alma como uma coisa imaterial e permanente. (STRAWSON, 1968, p. 38)

Portanto, a pretensão de conhecermos a imortalidade da alma é uma ilusão e Kant afirma que é essencial para a sua própria filosofia crítica demonstrar a vacuidade de uma pretensão de conhecimento assim. O seu principal argumento é que se fosse possível o conhecimento de ideias como Deus, liberdade e imortalidade da alma, então nosso conhecimento teria que transcender o reino da experiência para entrar no reino das coisas em si mesmas.

1 A lógica da ilusão

Kant denomina a dialética de lógica da ilusão, mas ressalta que não se pode confundir como idênticos fenômenos e ilusão. Já que os sentidos não erram porque o erro só ocorre com relação aos julgamentos e os sentidos não julgam. Em outras palavras, não se percebe errado, o que pode ocorrer é um julgamento errado. Do mesmo modo a ilusão, enquanto induz ao erro, encontra-se na natureza dialética da razão. A ilusão que Kant trata na dialética é a transcendental, que influi sobre princípios cujo uso jamais se apóia na experiência, mas conduz-nos inteiramente para além do uso empírico das categorias e entretém-nos com a fantasmagoria de uma ampliação do entendimento puro (KANT, 2000, p. 230).

O problema da dialética é separar os domínios da razão e mostrar que os grandes temas da metafísica tradicional não tem uma base científica. Apesar de serem ideias coerentes, não podem ser ciência. Essa é a função negativa da dialética mostrar que certas ideias não podem ser conhecidas e consistem numa ilusão da metafísica transcendente.

A ideia do absolutamente incondicionado surge do fato de que os itens da investigação metafísica formam uma série. Cada item dessa série possui uma relação temporal com os outros itens, de modo que um item está condicionado a outro. Inevitavelmente, em cada caso, formamos a ideia da série como um todo e com essa ideia aparece a de que algo não está

condicionado por nenhum membro da série. A ilusão metafísica consiste em assumir que deve haver algo que corresponda a essa ideia do absolutamente incondicionado.

Este algo incondicionado é necessariamente concebido de uma das duas maneiras. A mais natural e menos sofisticada é concebê-lo, em cada caso, como um membro absolutamente último da série: aquele de que não é possível, nem necessário uma explicação, mas que contém o fundamento último da explicação de todas as coisas; os limites externos do mundo no espaço, os quais estão além de todas as coisas e além dos quais não há nada; o primeiro princípio das coisas no tempo; as partículas últimas e absolutamente simples da matéria, que compõe o todo. A maneira menos natural e mais sofisticada é concebê-lo não como um membro último e incondicionado de uma série de coisas condicionadas, sendo como a totalidade incondicionada de uma série *infinita* cujos membros estão todos condicionados (STRAWSON, 1968, p. 158).

Para Kant não é possível, para nenhum de ambos os tipos de conceitos, especificar condição empírica alguma para sua aplicação, ou seja, nenhuma possível experiência ou intuição pode garantir a aplicação de qualquer um deles. Pois ambos violam as condições do uso significativo dos conceitos. A disposição para supor que um ou outro deve aplicar-se é endêmica da razão humana, compromissada como está com a série de questões.

Quando contemplamos o pensamento de uma série tal, parece que não podemos escapar da ideia do absolutamente incondicionado; deve ser o caso *ou* que há um termo final *ou* que não há, em cujo caso há uma totalidade infinita de membros na série. Mas, ao forçar essa alternativa, nos permitimos assumir a aplicação do conceito *da série como um todo*, sem considerarmos se podemos ou não fazê-lo legitimamente. Se pudéssemos falar significativamente dos objetos sem considerá-los como objetos de uma experiência possível- sem considerar em geral as condições para intuí-los ou conhecê-los- seria perfeitamente legítimo insistir na disjunção em cada caso. Mas não podemos e não o é (STRAWSON, 1968, 158-159, grifos do autor).

De acordo com Strawson, Kant pensou que a exigência da razão pelo incondicionado precisava de uma descrição precisa e geral da fonte de todas as ideias metafísicas discutidas na Dialética. Talvez, por essa razão, Kant generalizou as características que se referem conjuntamente as ideias da teologia especulativa, da psicologia racional e das ideias cosmológicas (STRAWSON, 1968, p.160). Desse modo, as ideias transcendentais são produzidas pela razão de modo totalmente necessário segundo suas leis originárias, sendo que o objeto dessas ideias é algo de que não possui nenhum conceito aplicável a ele (KANT, 2000, p. 255).

Ora, pelo menos a realidade transcendental (subjética) dos conceitos puros da razão repousa sobre o fato de que somos levados a tais idéias mediante um silogismo necessário. Há, portanto, silogismos que não contêm nenhuma premissa empírica e mediante os quais, a partir de algo que conhecemos, inferimos algo diverso, do qual

não possuímos, todavia, nenhum conceito e ao qual, não obstante, por uma inevitável ilusão, fornecemos realidade objetiva. Tais inferências devem, com respeito ao seu resultado, ser denominadas antes sofismas que silogismos; se bem que, em virtude de sua origem, possam trazer o último nome, pois não foram inventados nem surgiram por acaso, mas se originam da natureza da razão. Trata-se de sofisticações, não dos homens, mas da própria razão pura, das quais nem o mais sábio entre eles poderá libertar-se. Poderá talvez, em verdade após muito esforço, evitar o erro, mas jamais desvencilhar-se inteiramente da ilusão, que incessantemente o importuna e escarnece. (KANT, 2000, p. 255)

Há três espécies de silogismos dialéticos, tantas quantas são as ideias nas quais terminam as suas conclusões. A saber, a ideia da alma, a ideia do cosmos e a ideia de Deus. A inferência dialética da primeira classe é denominada de *paralogismo transcendental*, os de segunda classe são denominados de *antinomia da razão pura* e a terceira espécie de inferência sofisticada *ideal da razão pura*. Segundo Strawson a suposta lógica da ilusão é em si mesma amplamente ilusória e os paralogismos são independentes das duas outras grandes partes da Dialética (1968, p. 160-161).

2 As antinomias kantianas

A exposição que Kant faz nos Paralogismos da Razão Pura sobre a ilusão da psicologia racional é muito elogiada por Strawson, que a considera brilhante e profunda. O principal erro do psicólogo racional, no caso o filósofo cartesiano da alma, é que ele confunde a unidade das experiências com a experiência da unidade, isso porque confunde a necessária unidade da autoconsciência empírica com o conhecimento de um sujeito unitário.

A teoria que se ataca é a que formula que cada um de nós, pelo mero fato da experiência consciente, sabe que existe como uma substância pensante cartesiana, ou seja, como um sujeito individual, imaterial, persistente e não composto, sujeito de pensamentos e experiências, capaz de existir com total independência do corpo e da matéria (STRAWSON, 1968, p.162).

O principal motivo pelo qual Strawson é favorável a resposta de Kant é porque ele invoca o princípio da significatividade, de acordo com o qual “para pretender conhecer a existência de um objeto que se subsume em certo conceito, devemos ter critérios empíricos de aplicação de tal conceito e ocasião para utilizá-lo” (STRAWSON, 1968, p. 162). Em outras palavras, a intuição sensível deve oferecer-nos um objeto que satisfaça a esses critérios. Neste caso, não pode haver intuição de um sujeito persistente e imaterial.

Mas a explicação de Kant sobre o “eu” torna-se um pouco obscura porque ele toma um “atalho”, ou seja, ele só faz uma referência mínima aos critérios empíricos da identidade

do sujeito, o conceito empírico de um sujeito de experiências. Não afirma explicitamente que a confusão do uso ilusório do “eu” é o resultado de abstrai-lo de seu contexto ordinário, de ignorar sua conexão com o conceito empírico de um sujeito (STRAWSON, 1968, p. 166).

Generalizando, o ponto do ataque é este. *Temos* critérios de singularidade e identidade para os sujeitos da experiência (pessoas, homens). Se tivermos de falar também de alma ou consciências individuais, *necessitamos* critérios de singularidade e identidade para elas. A única maneira de garantir uma consequência que deva, com segurança, contar como condição de adequação para um conceito admissível de uma alma ou consciência individual- ou seja, que um homem normal, num curso de vida normal, tem em todo momento somente uma alma ou consciência que lhe dura todo o tempo- é permitir que as noções de singularidade e identidade das almas ou consciências estão em dependência conceitual, ou se derivam conceitualmente, das noções de singularidade e identidade dos homens ou das pessoas. A regra para derivar os critérios que necessitamos daqueles que temos é muito simples: *uma* pessoa, *uma* consciência; *a mesma* pessoa, *a mesma* consciência. No entanto, aceitar essa regra é o suicídio da psicologia racional. (STRAWSON, 1968, p. 168-169; grifos do autor)

Segundo Strawson, Kant estava certo em criticar a psicologia racional, mas o seu erro foi esquecer-se de explicitar o conceito empírico de um sujeito de experiência (1968, p. 169). Em outras palavras, a análise kantiana sobre a alma cartesiana deveria explicitar o papel dos critérios empiricamente aplicáveis de identidade do sujeito. O principal argumento de Kant contra a psicologia racional está de acordo com o seu idealismo transcendental, de modo que aceitar a existência de uma substância simples independente da matéria é dar um passo fora do mundo dos sentidos e entrar no campo dos *númenos* (KANT, 2000, p. 256).

O que Kant trata de expressar pelo ‘eu penso’ da apercepção não é simplesmente a conexão das experiências, assegurada por meio dos conceitos do objetivo, que é a condição fundamental da possibilidade da autoconsciência empírica. Para ele o ‘eu penso’ da apercepção representa também o ponto tangencial de contato entre o terreno dos *nômenos* e o mundo dos *fenômenos* (STRAWSON, 1968, p. 173).

Segundo Strawson, o idealismo transcendental faria pouco mérito de seu nome a menos que mostrasse algum ponto de contato semelhante. O “idealismo” poderia justificar-se pela sugestão de que os objetos externos são reduzíveis as “representações”. Enquanto que, o “transcendentalismo” poderia justificar-se pela teoria que tudo o que conhecemos na experiência, incluindo nossos estados mentais, depende de algum fundamento desconhecido inacessível para a experiência. Mas caso fosse assim, não haveria nada de especialmente transcendental no idealismo e nada especialmente idealista no transcendentalismo, assim “o que faz que o nome ‘idealismo transcendental’ seja algo mais do que uma mera conjunção é a linguagem de extremo subjetivismo em que se declara que a fonte de todas as características

estruturais do mundo está em nosso sujeito” (STRAWSON, 1968, p. 173). Portanto, Strawson considera que a solução apresentada por Kant para as antinomias é insatisfatória, isso porque ele encontra problemas no idealismo transcendental, principalmente com relação ao fato de que não podemos conhecer as coisas como elas são e o fato do espaço e do tempo estar no sujeito.

As duas primeiras antinomias estão relacionadas às questões cosmológicas, as quais Kant pretendia que fossem respondidas pela teoria física. A tese da primeira antinomia é que o mundo tem um começo no tempo e limites no espaço; a antítese é que o mundo não possui um início nem limites no espaço, mas é infinito tanto com respeito ao tempo quanto com respeito ao espaço (KANT, 2000, p.285-286). A tese da segunda antinomia é que toda substância composta no mundo consta de partes simples e por toda a parte nada existe a não ser o simples ou o que é composto dele; a antítese é que nenhuma coisa composta no mundo consta de partes simples e por toda a parte nada simples existe nele (KANT, 2000, p. 289-290). A solução para as antinomias é que dado que as coisas que estão no espaço e no tempo são somente fenômenos, nenhuma das séries temporais ou espaciais, que representam o tema das antinomias, existe bem como a totalidade limitada bem como ilimitada (STRAWSON, 1968, p. 187). Assim as antinomias constituem uma defesa do idealismo transcendental kantiano.

Podemos considerar que os objetos que existem no espaço e as mudanças que ocorrem no tempo são fenômenos num duplo sentido: primeiro, que não tem uma existência real em si mesma, já que são somente percepções ou determinações mentais; e, segundo, que *como* tais, *como* percepções ou determinações mentais, dependem do desconhecido noumenico em existência e caráter (STRAWSON, 1968, p. 198; grifos do autor).

De acordo com Strawson, nas antinomias Kant reforça a sua tese de que as coisas objetivas no espaço e no tempo são meras representações ou percepções da sucessão temporal. Com relação à segunda antinomia, Strawson afirma que um físico quântico pode se reconhecer na figura que Kant faz de um investigador empírico engajado na tarefa interminável de dividir sucessivamente a matéria em partes sempre menores (1968, p. 203). Mas o físico não reconhece uma obrigação tão mecânica e simples como essa, sua intenção é melhorar a sua teoria ou imaginar outra teoria que de conta de responder questões que são inexplicáveis pela sua teoria. Portanto, quando se realiza uma mudança teórica, ele realiza uma reconceitualização mais do que uma decomposição dos materiais com os quais trabalha (STRAWSON, 1968, p.204).

Assim, o erro de Kant foi supor que a geometria do espaço físico era euclidiana, pois isto foi posto em questão pela moderna teoria astrofísica. Talvez pudéssemos dizer que as questões cosmológicas tal como Kant as elaborou não tem uma significação clara nem carece claramente dela, elas servem para manter em aberto o campo da investigação empírica, ainda que não somente da maneira como supôs Kant. Desse modo, deixaram caminho aberto para a elaboração de teorias comprováveis que ele jamais imaginou, das quais podemos dizer que dão respostas as questões que Kant levantou, mas que são transformadas profundamente em sua apresentação. Segundo Strawson, desde um ponto de vista de uma crítica filosófica, há ao menos uma coisa clara: Kant se equivocou ao crer que era este o terreno no qual se levaria a cabo uma batalha decisiva e na qual se ganharia uma vitória decisiva, em favor das teorias do idealismo transcendental (1968, p. 205-206).

A análise que Strawson faz da terceira e quarta antinomias é mais modesta do que as anteriores, isso se deve ao fato de ele considerar que o problema geral das antinomias é o fato do idealismo transcendental ser a chave para resolver tais conflitos. A tese da terceira antinomia é a seguinte: a causalidade segundo leis da natureza não é a única da qual possam ser derivados os fenômenos do mundo em conjunto. Para explicá-los é necessário admitir ainda uma causalidade mediante liberdade. A antítese é que não há liberdade alguma, mas tudo no mundo acontece meramente segundo leis da natureza (KANT, 2000, p. 294-295). A quarta antinomia tem como tese que ao mundo pertence algo que, ou como sua parte ou sua causa, é um ente absolutamente necessário; a antítese é que não existe em parte alguma um ente absolutamente necessário, nem no mundo nem fora dele, como sua causa (KANT, 2000, p. 298-299).

Strawson reordena as soluções que Kant parece chegar. Em primeiro lugar, a terceira e quarta antinomia, que surgem dos interesses teóricos da razão, podem desenvolver-se adequadamente dado que se referem às séries das condições, causalmente necessárias e causalmente suficientes, das mudanças que ocorrem no mundo. Em segundo lugar, a teoria do idealismo transcendental, invocada na solução crítica de todas as antinomias, implica que todos os fenômenos dependem de um fundamento noumenico que é empiricamente incondicionado. Em terceiro lugar, o conhecimento teórico está necessariamente confinado ao empírico, mas esse confinamento da razão em seu uso teórico se converte em uma vantagem para as exigências da moralidade, pois “significa que não há impedimento teórico para a fé baseada na moralidade, e que o fundamento noumenico provém o necessário, ainda de uma maneira que não podemos entender, tanto para a liberdade como para a onipotência divina” (STRAWSON, 1968, p. 215). Por último, pode-se argumentar que também os interesses da

razão teórica nos autorizam e inclusive requerem que pensamos os fundamentos não sensíveis dos númenos como se fossem o receptáculo de certos atributos que podem, analogamente, conceber-se em termos de liberdade, intenção e inteligência suprema (STRAWSON, 1968, p. 215).

Considerações finais

Para Kant as antinomias da razão pura são ideias inevitáveis à razão, sendo uma característica da razão teórica questionar-se sobre as questões como imortalidade da alma, liberdade da vontade e Deus, que estão além dos limites do conhecimento empírico. A razão busca pelo incondicionado para o condicionado, isso porque ela busca pelo que é completo. Assim, a razão esclarecida que se submeteu a sua crítica, sabe que isso é uma ilusão, mas sabe que essa ilusão não desaparece.

Segundo Strawson, a questão das antinomias está relacionada ao erro que Kant cometeu com a elaboração da sua tese do idealismo transcendental, ou seja, o fato de que espaço e tempo estão no sujeito, o que caracteriza um extremo subjetivismo. Na opinião de Strawson, espaço e tempo são fundamentais para a localização de objetos no mundo, mas não pertencem ao sujeito, sendo que na linguagem eles são representados pelos advérbios, que nos possibilitam falar de coisas do passado ou de coisas que existirão no futuro. Outro problema é a afirmação de que não conhecemos as coisas como elas são e apenas a sua mera representação, isso nos possibilita pensar que há dois mundos distintos, o mundo sensível e o mundo supra-sensível e que há uma correlação entre eles. Mas nós só precisamos dar conta de descrever o mundo tal como ele é, e somos capazes de conhecer as coisas como elas se apresentam diretamente para nós, sem precisar defender a distinção entre fenômenos e coisas em si, já que essa distinção não existe.

Observa-se que Strawson cometeu alguns equívocos com relação a sua interpretação da *Crítica da Razão Pura* de Kant, o primeiro deles diz respeito ao fato de que não explicitou efetivamente o caráter fundamental que as antinomias possuem para a teoria crítica de Kant, ou seja, as ideias da razão pura permitem mostrar os limites da razão teórica e também possuem grande importância para a moralidade. O segundo equívoco de Strawson foi não atentar para a necessidade de uma unidade sistemática da razão, ou seja, para a perspectiva arquitetônica da razão. Caso ele tivesse atentado para esses dois fatores, teria dado ênfase a essas questões e talvez notasse que o principal objetivo de Kant na dialética é mostrar que as

ideias tais como imortalidade da alma, liberdade e Deus são ideias inevitáveis à razão e que elas possuem um caráter necessário para a moralidade e para a unidade arquitetônica da razão.

Referências

ALLISON, H. **El idealismo transcendental de Kant: uma interpretación y defensa**. Barcelona: Anthropos, 1992.

BENNETT, J. Strawson on Kant. **The Philosophical Review**, v. 77, n. 3, p. 340-349, jul. 1968.

BONACCINI, J. A. Acerca do conceito de Fenômeno na Crítica da Razão Pura. **Princípios**, ano 4, n. 5, p. 159-186, 1997.

_____. Sobre o tempo. **Princípios**, Natal (UFRN), Ano 5, n. 6, p. 123-138, 1998.

GALEFFI, R. **A Filosofia de Immanuel Kant**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

GRAYEFF, F. **Exposição e interpretação da filosofia teórica de Kant**. Lisboa: Edições 70, 1987.

HÖFFE, O. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MATTHEWS, H. E. Strawson on Transcendental Idealism. **The Philosophical Quarterly**, v. 19, n. 76, jul. p. 204-220, 1969.

STRAWSON, P. F. Analysis, Science and Metaphysics. In: RORTY, R.(Org.) **The Linguistic Turn**. Chicago: Chicago University Press, 1992. p. 312-320.

_____. Bennett on Kant's Analytic. **The Philosophical Review**, v. 77, n. 3, jul. p. 332-339, 1968.

_____. Causation in Perception. In: _____. **Freedom and Resentment**. Londres: Methuen & CO LTD, 1974, p. 66- 84.

_____. **Ceticismo e Naturalismo**: algumas variedades. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.

_____. **Entity & Identity: and other essays**. Oxford: Clarendon Press, 2005.

_____. Imagination and Perception. In: _____. **Freedom and Resentment**. Londres: Methuen & CO LTD, 1974a. p. 45-65.

_____. **Individuals, An Essay in Descriptive Metaphysics**. [s.l.]: University Paperback. 1959.

_____. Perception and Identification. In: _____. **Freedom and Resentment**. Londres: Methuen & CO LTD, 1974b. p. 85- 107.

_____. Perception and its objects. In: MACDONALD, G.F. **Perception and Identity**. Londres: Macmilan, 1979, p. 41-60.

_____. **The Bounds of Sense**: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason. New York: Methuen, 1968.

_____. The Problem of Realism and the a priori. In: Parrini, Paolo (Ed). **Kant and Contemporary Epistemology**. [s.l.]: Klumer Academic Publishers, 1994. p.167-173.